

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**

Fonte:

*O Popular (Go)*

Class.:

198

Data:

05-07-85

Pg.:

## *Funai e Cimi vão apurar incidente em Tocantinópolis*

O delegado da Funai em Araguaína, Fernando Schiavini, viajou a Brasília ontem para acompanhar as gestões do Conselho Indígena junto às autoridades federais, visando a apurar responsabilidades no recente incidente entre a polícia de Tocantinópolis e índios Apinajé. Os índios estão convencidos de que houve agressão premeditada da polícia, no dia 28 passado, quando um índio foi morto e outros três feridos no interior da delegacia de polícia de Tocantinópolis, em situação ainda pouco esclarecida.

A versão dada pelo delegado Sebastião de Moraes Lima, logo após o incidente, foi a de que cerca de 20 índios, armados, haviam invadido a delegacia para libertar dois companheiros presos por arruaças, no centro da Cidade, naquele dia. O único soldado de plantão na delegacia teria resistido ao ataque e, ajudado por outros que chegaram pouco depois, inclusive o próprio delegado, teria impedido a ocupação do prédio, depois de cerrado tiroteio. Além do morto e dos feridos, mais cinco índios foram presos e indiciados em inquérito.

### CONSELHO

O Conselho Indígena do Norte de Goiás — ligado à União das Nações Indígenas — não admite as explicações da polícia. Os índios argumentam que o grupo Apinajé fora à delegacia apenas negociar a soltura dos seus parentes, tanto assim que até levavam marmittas de comida para eles. Lembram, também, que seria muito improvável que apenas um soldado conseguisse, de princípio, resistir ao ataque de 20 índios armados, conforme tem declarado o delegado de Tocantinópolis.

Diante do que considera uma versão insustentável, o Conselho Indígena decidiu mandar representantes a Brasília para exigir do Ministério do Interior inquérito rigoroso que apure as responsabilidades pelo massacre. Eles não aceitam que as investigações sejam conduzidas pela Polícia Militar ou pelos policiais federais de Araguaína, que consideram simpáticos aos fazendeiros da região. O Conselho exige que seja nomeada uma comissão especial para atuar no caso.